

O ocaso do modelo intencional: a noção de “estratégia discursiva” sob o olhar sócio-semiótico

RAIMONDO ANSELMINO, Natalia; Professora e pesquisadora de Graduação em Comunicação Social da Universidad Nacional de Rosario (UNR), Argentina. Bolsista Doutoral CONICET (Centro Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas) | natalia_raimondo@hotmail.com

resumo

O artigo reflete sobre as implicações teóricas e metodológicas do conceito de “estratégias discursivas”, proposto por Eliseo Verón. Do ponto de vista da teoria do discurso social, estas estratégias podem abordar as “mudanças” que ocorrem dentro do mesmo tipo de discurso, sem levar em conta o aspecto intencional. Assim, analisaremos os argumentos que o conceito de “estratégias discursivas” desencadeia a respeito da recuperação ou não da dimensão “intencional”, considerando o contexto de estudo da mediação e a necessidade de atentar para a interdiscursividade.

PALAVRAS-CHAVE: discursos sociais; estratégias discursivas; intenção; mediação

abstract

This paper deals the theoretical-methodological implications of the concept of “discursive strategies” proposed by Argentine semiologist Eliseo Verón. From the point of view of the theory of the social discourses, the mentioned strategies allow to approach the “variations” that take place within the same type of discourse, without any consideration of the intentional aspect. The article revises, therefore, the discussions that the concept of “discursive strategies” unleashes respect of the recovery or not of the “intentional” dimension, attending to the context of study of the mediated discourses and to the need to contemplate the interdiscursivity of the same ones.

KEYWORDS: social discourse; discursive strategies; intentionality; mediation

introdução

No âmbito dos estudos sobre os processos de midiaticização, distingue-se uma noção que logo se posicionou como categoria nodal para abordar a análise dos discursos sociais: a categoria de estratégia discursiva. Na sua caracterização sócio-semiótica, este conceito desencadeou uma série de discussões a respeito da recuperação ou não da dimensão “intencional” dos discursos.

A “estratégia” apresenta-se etimologicamente associada ao âmbito militar e, portanto, alude a operações e procedimentos levados a cabo para a consecução de algum fim proposto. Por isso, ao pensarmos em termos de estratégias, sobretudo no terreno da análise discursiva, é muito fácil ceder à tentação de imaginar a seguinte situação prototípica: existe um sujeito (empírico) que produz um discurso com certa “intenção” (consciente ou inconsciente). Logo, vislumbrar a estratégia desse discurso implica inferir o propósito do sujeito ao se pronunciar de determinada maneira e não de outra. Quer dizer, à primeira vista, a noção de estratégia parece estar relacionada com a ideia de que a encenação do “dizer” desprende-se de uma atividade estratégica e, portanto, supõe a compreensão do ato de comunicação como um jogo de significação particular, como uma interação de intencionalidades¹. Não obstante, lembremos que, para Eliseo Verón, as estratégias discursivas definem-se como “as variações atestadas no interior de um mesmo tipo de discurso” (VERÓN, 2004: 197) ou de um mesmo tipo de produto. Ao contrário do que podemos supor, para o olhar sócio-semiótico, não deve ser preocupação do analista-observador “tomar o lugar” do agente criador do discurso — de fato, não se considera o lugar do sujeito empírico. É aí que reside o problema, e é por ele que revisaremos as objeções formuladas em relação à noção de “intenção”², desde o âmbito da circulação do sentido oposto até a visão racionalista instrumental.

ocaso do modelo intencional

A pragmática dos “atos de fala” postula um modelo de análise segundo o qual devem ser considerados tanto os elementos de natureza “material” (entidades objetivas tais como a dupla emissor-destinatário, o enunciado e a situação espaço-temporal em que a ação é realizada), como os de natureza “imaterial”. Neste último conjunto, que compreende os diferentes tipos de relações que se estabelecem entre os elementos “materiais” da atividade linguística, encontra-se a intenção (ESCANDELL VIDAL, 1996). Todo discurso implica uma ação — afirmar, perguntar, questionar, prometer, ordenar etc. — cuja intenção pode ser recuperada pelo analista devido às marcas desta no enunciado. Essa visão supõe considerar, de certo modo, a atividade discursiva como um ato voluntário e consciente, “como reflexo de uma determinada atitude de um sujeito perante seu entorno” (ESCANDELL VIDAL, 1996: 34). Portanto, se desejarmos alcançar a correta interpretação de um enunciado, é preciso reconhecer a intenção de seu interlocutor. Eis um postulado pragmático que recebeu várias críticas, das quais pretendo recuperar só algumas que considero significativas.

¹ Julio C. Sal Paz e Silvia Maldonado (2009) rastrearam o modo em que a noção de “estratégia” foi recuperada e definida por diversos autores no quadro da análise textual ou discursiva. Eles sustentam que “o termo ‘estratégia’ (...) foi amplamente utilizado pelos estudos linguísticos para se referir aos usos intencionados de procedimentos encaminhados para conseguir os objetivos comunicativos que se propõe o enunciador” (SAL PAZ y MALDONADO, 2009: 8). De fato, esta mesma égide é a que orienta a definição que os autores apresentam: “Consideramos as estratégias como mecanismos e procedimentos linguísticos (sintáticos, semânticos, pragmáticos, estilísticos) e extralinguísticos que de modo intencional emprega um enunciador para incrementar a efetividade da interação comunicativa” (IBID.).

² Para não complicar o desenvolvimento de nosso argumento, não nos deteremos a explicar o sentido que esse termo abrange para o pensamento filosófico. Somente salientamos que a noção de intencionalidade, considerada como fenômeno mental, deve sua origem às proposições de Brentano, posteriormente recuperadas por Husserl. No aspecto filosófico, a intencionalidade remete tanto ao conteúdo da mente (em seu “tender a”) quanto à relação entre a consciência e o mundo. Este conceito de intencionalidade é, claramente, mais amplo que o de “intenção” da vontade.

Quando Apel constrói os alicerces de sua “pragmática transcendental da linguagem”, manifesta a necessidade de polemizar com autores como Paul Grice ou John Searle que, segundo sua visão, elaboraram teorias que recuperam as bases corroídas dos pressupostos da filosofia da consciência e, portanto, de suas intenções pré-linguísticas, posto que a linguagem é concebida como instrumento de ação do sujeito sobre outros³. O sujeito cartesiano aqui é desterrado pela recuperação do sujeito transcendental kantiano. Desse modo, Apel visa desenvolver uma concepção da linguagem que se afasta completamente daquela defendida pela lógica da racionalidade instrumental, embora não descarte a noção de intencionalidade. Ao propor a integração entre a semântica e a pragmática, o autor chega a considerar possível a compreensão comunicativa das intenções de sentido, não a partir de hipóteses sobre as intenções perlocucionárias da ação (isto é, por meio de explicações de comportamentos estratégicos compreendidos de acordo com a racionalidade teleológica no sentido de Max Weber), mas sim, por considerar que a força ilocucionária pode estar convencionalmente predeterminada⁴ e que, portanto, poderia ser inferida dos rastros presentes nas notas semânticas (que já não são só semânticas, mas também semântico-pragmáticas). Conforme Apel, o conteúdo semântico que possa ser atribuído a uma unidade de sentido é necessariamente transcendental.

Este tipo de crítica, dirigida ao estudo de fenômenos complexos de produção de sentido, também tem suas fontes latino-americanas, situadas no âmbito das atuais sociedades midiáticas. Este é o caso do acadêmico brasileiro Antonio Fausto Neto e do semiótico argentino Eliseo Verón.

Fausto Neto revisa o funcionamento do conceito de enunciação no âmbito da mídia, visando se afastar de uma concepção de enunciação ligada à atividade ou operações que desencadeia um sujeito, uma vez que a ideia de “sujeito falante” não seria útil para pensarmos os discursos midiáticos, absolutamente polifônicos. Para o autor, a análise dos discursos jornalísticos, por exemplo, deve eludir os cânones impostos pelas teorias consciencialistas do sujeito e da linguagem, focadas em ver como a matéria significativa é posta a serviço de uma intencionalidade estratégica, e que colocam a linguagem no lugar de uma espécie de instrumento ajustado à vontade do sujeito. O autor também exprime uma apreensão explícita ao conceito de intenção:

Formulada no final dos anos 60, vai se apresentando como um conceito central, pelo fato de sua manifestação se complexificar no interior das práticas discursivas midiáticas, em decorrência da emergência de novos dispositivos de produção de sentidos, no âmbito da sociedade da midiática. (...) Este conceito veio para produzir uma tensão, particularmente o modo de entender de outra forma a problemática da produção de sentido, não calcada na noção de intenção e no desempenho do sujeito que fala, e que controlaria o seu próprio discurso – e o do seu destinatário, mas atravessada por problemáticas de indeterminações. Ou

³ Em seu livro *Atos de Fala*, John Searle realiza uma revisão crítica da teoria austiniana sobre a dimensão performativa dos enunciados. Tempos depois edita outra obra, intitulada *Intencionalidade*, por meio da qual incorre, segundo Apel, em um “giro intencionalista”, que o levaria a “retomar os estados intencionais pré-linguísticos e pré-comunicativos da representação do mundo” (APEL, 2008: 192) e, consequentemente, a recair em “o ‘solipsismo metodológico’ da filosofia do espírito da consciência desde Descartes até Husserl” (IBID.). Uma ideia semelhante sobre o trabalho de Searle pode ser vista em Martínez Guzmán (1992), a qual abordaremos posteriormente.

⁴ Diz Austin: “o ato ilocucionário é um ato convencional; um ato feito em conformidade com uma convenção” (2008: 149).

⁵ É o próprio Verón quem comenta (1968: 20) que os ensaios que tiveram lugar nesse momento são fruto, de alguma ou outra maneira, da sua estada no *Laboratório de Antropologia Social do Collège de France*, realizada sob a tutela de Claude Lévi-Strauss. Sobre sua residência em Paris e o influxo do estruturalismo levi-straussiano em seu pensamento, ver Scolari e Bertetti (2008). Lembremos que justamente nesse tempo houve a contestação da semiologia junto com Barthes, Metz, Kristeva, Eco e Fabri, entre outros.

⁶ “É preciso eliminar da teoria sociológica a concepção subjetivista do sentido que, herdada do idealismo filosófico, cristalizou em Max Weber, persistiu sem modificações na teoria da ação de Talcot Parsons e, em geral, contaminou o sentido comum sociológico sobre a ação social. A teoria subjetivista do sentido introduziu-se também repetidas vezes no pensamento marxista” (VERÓN, 1968: 12-13).

⁷ Tal como acontece com outros autores, sua aproximação estruturalista à linguagem o leva a negar a existência do sujeito. Neste aspecto, é interessante considerar as proposições que lhe permitem passar do conceito de sujeito ao de “atores da comunicação” (BOUTADU, JJ e VERÓN, 2007). Posteriormente, seguirá sustentando esta descentração do sujeito graças às proposições peirceanas que permitem, também, enfrentar o *ego cogito* cartesiano, a partir da transcendentalização do sentido em que a concepção comunitária do logos e a significação ocupam um lugar nodal. Para esclarecer a concepção sobre o sujeito em Peirce Cfr. ROMÉ (2009). “Para Peirce (...) a consciência supõe a comunidade de *enquirers*, em sua infinitude transcendental, na medida em

seja, a questão do sentido resultaria de feições de enunciações e não no poder específico de um ato enunciativo em si mesmo (2008: 7).

Superada a questão da “intencionalidade”, a enunciação midiática é concebida como co-enunciação, já que, graças a sua inerente complexidade (dada não só pelo fato de que seu discurso remete ao produzido em outros campos, mas também porque, nele, manifestam-se operações de encaminhamento interdiscursivo entre os mesmos meios), constitui-se e funciona no âmbito de uma rede interdiscursiva, “e não apenas por força do trabalho exclusivo e determinado pelo ‘sujeito falante’” (FAUSTO NETO, 2008: 10). Inclusive, o modo de ser e de enunciar característicos de campos sociais diferentes dos meios também são afetados, isso porque, a midiatização converte as práticas midiáticas em macroprocessos de funcionamento discursivo, “operando em transversalidade e permeando o modo de enunciar, enquanto operações significantes, de diferentes práticas sociais” (FAUSTO NETO, 2008: 13). Desse modo, recupera-se o proposto anteriormente por Eliseo Verón: a unidade mínima de análise deve ser a interdiscursividade (FAUSTO NETO, 2008: 12).

No livro *Semiose Social* (1998), Verón recupera um conjunto de textos escritos durante a primeira metade da década de 80, nos quais questiona os pressupostos deterministas que sustentam os modelos pragmáticos focados na questão do enunciado. Não obstante, algumas destas proposições já haviam sido formuladas pelo autor no decorrer do período que vai entre 1962 e 1965⁵, e foram sistematizadas com a publicação do livro *Conduta, estrutura e comunicação* (1968), quando Verón dirigia o *Centro de Pesquisas Sociais do Instituto Torcuato Di Tella*. Na introdução desse livro, o autor esclarece que suas reflexões orientam-se para “elaborar as bases de uma teoria da comunicação social”, mas coloca seus escritos no quadro da “literatura sociológica”, da mesma forma que os considera um aporte ao “tratamento científico dos fenômenos de significação” que requer, do seu ponto de vista, a revisão de alguns dos pressupostos teórico-metodológicos da teoria sociológica imperante.

Desse modo, Verón começa a esboçar os fundamentos de sua crítica à intencionalidade, nos quais já se observa o questionamento à “ação socialmente orientada”, porque nela subjaz “uma concepção subjetivista do sentido”, que considera o significado uma propriedade intrínseca da ação⁶. Como podemos ver, seus argumentos afastam-se tanto da questão do “sujeito”⁷ quanto da lógica da “imanência” do sentido. Porém, à diferença do que se evidenciaria após, na obra *Semiose Social*, o autor ainda não tinha iniciado a crítica que mais tarde empreenderá contra os representantes da pragmática⁸. Dentro da sua perspectiva, recuperar a “intenção” implicaria adotar “o ponto de vista do ator”, ter acesso ao “fim consciente” dele mesmo. Mas, segundo Verón:

resulta claro que só o ator tem acesso a suas intenções (com a condição, obviamente, de que sejam conscientes). Além do acesso à representação

do objetivo da ação (que é privilégio só do agente), para que a intenção seja convertida em um fenômeno de ‘comunicação’ (...) é preciso que o ator ‘exprima’ sua intenção de uma maneira ou outra. Dito de outro modo: para um observador, o problema exposto pelo emprego da noção de ‘intenção’ somente é o da atribuição de intenções aos atores sociais. Dito de outra maneira: para um observador, a noção de ‘intenção’ só tem sentido no quadro de uma gramática de reconhecimento (VERÓN, 1998: 192).

Quer dizer, não alcança a verbalização da intenção, posto que,

resulta claro que o problema já não é saber qual é a intenção do ator (...) quando diz ou faz alguma coisa, pois este problema é, falando com propriedade, indecidível, exceto para o próprio ator e desde que seja uma intenção consciente; o problema é determinar como, sobre quais bases, um ator A2 — isto é, outro ator — atribui intenções a um ator A1, a partir do que faz ou diz A1 (VERÓN, 1998: 193).

Condição que, por conseguinte, implica necessariamente uma situação de intercâmbio entre dois atores. Eis um novo princípio: “o sentido de uma enunciação está dado pela resposta que provoca” (VERÓN, 1998: 193), princípio este que permite realocar o lugar do analista-observador como “terceira posição”. Este terceiro ator, que não é nem o sujeito enunciador nem o destinatário do enunciado, não faria conjecturas sobre as “verdadeiras” intenções do enunciador. Parte da confusão a que nos levou a pragmática dos atos de fala reside, segundo Verón, no fato de que a mesma não se perguntou jamais pelo lugar que ocupa o analista das enunciações, “porque a pergunta entranha conseqüências que são, a seu olhar, desagradáveis” (1998: 194). Interrogar-se pelo status do observador requer aceitar a impossibilidade que tem uma pessoa de atribuir sentido a um enunciado considerado isoladamente. Se todo discurso é reconhecimento de outro discurso, o enunciado não pode ser a unidade mínima de estudo, mas sim, o “interdiscurso”, ou seja, o intercâmbio discursivo entre atores⁹.

Toda esta reflexão leva o semioticista argentino a sustentar que a noção de intenção e os inconvenientes que ela gera devem ser enquadrados em uma problemática mais ampla: a da “teoria da ação social” que, durante muito tempo, reinou nos domínios da sociologia. De acordo com a proposta presente no livro *Semiose Social*, em uma teoria dos discursos sociais, “o modelo da ação orientada não tem nenhum papel teórico que jogar (...) Se permanecermos na posição do enunciador, quer dizer, ‘se adotarmos o ponto de vista do agente’, estamos condenados à tautologia” (VERÓN, 1998: 204-205), ou seja, a nos limitarmos à mera e trivial possibilidade de repetir a expressão da intenção segundo seu autor.

Poderíamos pensar que a diferença central entre Karl-Otto Apel e Eliseo

que a própria existência da consciência está condicionada por sua cognoscibilidade, e ela é, por sua vez, comunitariamente mediada. O domínio subjetivo da consciência é, para Peirce, desbordado pelo próprio talento comunitário da representação” (ROMÉ; 2009: 102)

⁸ Inclusive, denuncia expressamente a necessidade de recuperar esta dimensão ou nível de análise: “o estruturalismo tendeu a se concentrar na análise semântica das mensagens, sem se preocupar muito pelos problemas da pragmática da comunicação”. Além disso, afirma que “Um dos interesses básicos que estão por trás dos trabalhos reunidos neste volume é, entretanto, o da pragmática: o estudo da relação das mensagens com emissores e receptores” (VERÓN, 1968: 14-15).

⁹ De certo modo, já se podia anunciar nos ensaios publicados em 1968 sua defesa pela “interdiscursividade” (mesmo que este posicionamento ainda não fosse explícito, como ele mesmo expressa em Scolari e Bertetti pois, nesse momento, estava no papel de “sociólogo” e não de “semioticista”) ao considerar o caráter “supra-individual” do sentido. A infertilidade da teoria da ação para o pensamento sociológico radica na impossibilidade de extrapolar suas ideias sobre a ação do indivíduo à ação coletiva, isto é, para poder dar conta de formas mais com-

plexas de organização social, nas quais “os conteúdos de consciência individual perderam-se, porque se fala da ação social coletiva” (VERÓN, 1968: 86). A análise sociológica exige gestar um conceito de sentido da ação aplicável à ação “de muitos”, tarefa para a qual seriam úteis certas características presentes nos modelos que usam os linguístas para estudar a linguagem (VERÓN, 1998: 120-122). Aqui está novamente sua dívida estrutural. Verón afirma: “o sentido é ‘supra-individual’, social e objetivo, e não subjetivo” (VERÓN, 1998: 93).

Verón reside no fato de que, ainda quando ambos recuperam a teoria da semiose peirceana para pensar a produção de sentido, cada um considera de uma maneira completamente diferente o postulado pragmático da convencionalidade. Como vimos no início desta seção, o primeiro deles associa a convencionalidade com a possibilidade de atingir a validade intersubjetiva — transcendental — do sentido. O segundo, no entanto, afirma que conceitos como “norma” ou “convenção” “não parecem oferecer um bom modelo da necessidade que rege uma gramática. Com efeito, dizer que a língua é uma instituição social não resulta muito útil, posto que ela não se parece a nenhuma outra instituição social” (VERÓN, 1998: 161). Isto porque, na discussão que Verón realiza sobre a natureza das regras que determinam a significação linguística (sua disquisição sobre se elas são sociais ou naturais), nota-se explicitamente a influência da teoria linguística de Noam Chomsky.

Por sua vez, Verón faz uma fusão entre a “teoria dos atos de fala” e a “teoria da ação orientada” sob o rótulo de “funcionalismos” (1998:162), e explica que ambas pretendem recuperar o sentido a partir da “função” (do para quê) e fazem-no, inevitavelmente, restaurando as “intenções conscientes do ator”. Não obstante, este último argumento é incorreto, pelo menos em parte, se recuperarmos alguns aspectos da teoria austiniana e a diferenciarmos do proposto por Searle.

É verdade que, assim como o próprio Austin admite, sua doutrina das forças ilocucionárias é uma “doutrina dos diferentes tipos de função da linguagem” (AUSTIN, 2008: 144) e, portanto, acusa-se o caráter instrumental da linguagem que subjaz à filosofia do teórico de Oxford¹⁰. Mas fica bastante claro que, sob a égide convencionalista dos atos de fala, a força de uma expressão está “totalmente” incluída no próprio ato ilocucionário (AUSTIN, 2008: 32). Quer dizer que a “intenção” situa-se, neste caso, como parte das circunstâncias necessárias para levar a cabo um ato (AUSTIN, 2008: 56).

Mas o fundamental da força ilocutiva não está na consciência do agente locutor. Vejamos como funciona esta teoria na análise que Austin realiza do tipo de infortúnio que representa o “abuso” nos atos de fala que ele denomina “comportativos”¹¹, especificamente do ato de prometer. Segundo Austin, “quem usa a fórmula ‘eu prometo que...’ promete” (2008: 52), além de sua verdadeira intenção (se bem que, “o apropriado”, diria o autor, seria que a pessoa que expressa a promessa tenha essa intenção) não há interação e, inclusive o ato, a promessa, nunca é sequer nulo, senão, no máximo, se considera que foi feito de “má-fé”. Mas, como inferir a força do ato em si? Porque existem certos “recursos linguísticos” (AUSTIN, 2008: 118) que nos permitem captar (sobretudo para o caso mais complexo dos “realizativos implícitos”), isto é, inferir a partir da própria expressão (e não dos pressupostos sobre a consciência do sujeito criador) a força da expressão: modo, tom de voz, cadência, ênfase, advérbios e frases adverbiais, partículas conectivas, elementos que acompanham a expressão (tais

¹⁰ Veja a nota preliminar à edição de 2008 realizada por Genaro R. Carrió e Eduardo A. Rabossi (AUSTIN, 2008: 7-35).

¹¹ Denomina-se “comportativos” “um tipo de realizativos que (...) se referem a reações perante atos humanos e comportamentos com os outros, e que estão dirigidos a exhibir atitudes e sentimentos” (AUSTIN, 2008: 127).

como gestos, piscadas, encolhimento de ombros, cenhos franzidos etc.) e as circunstâncias da expressão.

Porém, neste aspecto, a proposição de John Searle é bastante diferente, e achamos, efetivamente, que é válida a denúncia que realiza Eliseo Verón. A reelaboração dos atos de fala que realiza Searle distorce certos aspectos da teoria de Austin, sobretudo, como dito anteriormente, a partir de sua obra *Intencionalidade* e da recuperação da noção de “conteúdo proposicional” de Frege. Segundo Martínez Guzmán (1992), a proposição de Searle “faz pensar que os ‘enunciados de intenção’ [como é o caso da expressão “eu prometo que...”] são signos externos e visíveis de um ato espiritual interno” (MARTINEZ GUZMÁN, 1992: 70), isto é, que o dito seria a expressão da dimensão intencional interior à consciência do sujeito gerador do ato.

Com a criação da noção de estados intencionais¹², cuja conceituação abarca, por exemplo, a “intenção” de cumprir uma promessa, imputa-se com razão a Searle o pendor a um “modo psicológico” e o risco do “mentalismo”. Em Austin, no entanto, a intencionalidade não remete ao estado Intencional expresso, senão à intenção com que se executa o ato de fala, que tem a ver com a força da emissão e com a compreensão por parte do ouvinte da intenção do falante. E esclarece Martínez Guzmán: “Austin também reconhece que há momentos em que podemos dizer que, pelo menos em parte, certas emissões são ‘descrições de minha atitude, estado de ânimo ou crença’. Mas, devemos lembrar que afastar a descrição do descrito é um exemplo mais da falácia descritiva...”(1992: 77).

¹² Também entendidos como “estados mentais” com diretividade (por exemplo: o amor, o ódio, a crença, o desejo), ou seja, dirigidos a objetos ou estados de coisas.

Esse “em parte” é chave em Austin, posto que, em rigor, “não podemos isolar nem o conteúdo proposicional, nem o estado psicológico, porque nem ‘eu’ mesmo tenho um acesso peculiar a esse estado psicológico” (IBID.). Ou seja, “não existe (...) distinção entre ‘expressão’ e ‘estado’” (IBID.). Portanto, Martínez Guzmán aceita que é Austin quem prefigurou o apelo à “condição de sinceridade” que possibilitou, mais tarde, alguns dos erros nos quais incorre Searle. Embora,

tampouco esta condição de sinceridade separa o respectivo estado mental (crença ou ter a intenção) do ato de fala total na situação total de comunicação (...) [Segundo o proposto por Austin] se eu fizer o enunciado implícito que acredito nisso, tanto quanto se fizer uma promessa implícito que tenho a intenção de cumprir. Mas isso não alude a ‘estados psicológicos’ distantes da realização do ato de fala total na situação de comunicação (MARTÍNEZ GUZMAN, 1992: 77-79).

Por outro lado, a investida que realiza o semiótico argentino contra o ponto de vista pragmático da atribuição de sentido recai também na desconsideração com respeito ao estudo dos “efeitos” dos atos de fala, ao pensar

¹³ De fato, Austin afirma (2008: 145-148) que seu interesse consiste em apreender o ato ilocutivo, porque prefere focar no que pode ser inferido da própria expressão ou, no máximo, da relação entre ela e seu contexto de realização.

¹⁴ Denuncia, inclusive, a teoria dos atos de fala por ter se inclinado — em seu interesse por realizar uma limpeza dos meios de expressão — à definição de um modelo “que permitisse anular a indeterminação entre produção e reconhecimento, isto é, que lhe permitisse deduzir o efeito de sentido (um só efeito de sentido) a partir da descrição de enunciados isolados considerados como produzidos por meio de atos de enunciação” (VERÓN, 1998: 189). É verdade que, quando Austin sustenta a importância da remissão ao contexto em que se realiza o ato (Cfr. AUSTIN, 2008: 144-145) para “explicar” a expressão emitida, pode-se deduzir que propõe a possibilidade de encontrar um sentido (“o” sentido) da expressão. Também se entrevê ali que sua proposição põe o foco na atividade que deve levar a cabo um destinatário (o ator A2 para Verón) para tentar compreender “o” sentido do dito pelo emissor (o ator A1) e que, portanto, não se ocupa da análise da significação que poderia realizar um observador em sua condição de terceira posição (como ator A3). Este último, desde o olhar veroniano, não deve se interessar pelo sentido que A1 atribui ao dito, mas, sim, pelo que sucede na circulação.

que a dimensão perlocutiva é não-convencional e, por conseguinte, que as “consequências” dos atos de fala são completamente “imprevisíveis”¹³. A falta na qual incorre, neste caso, seria o fato de que se rasga o modelo em duas partes sem relação entre elas: “por um lado conseqüências, não possíveis de teorizar por serem aleatórias; e por outro a intenção, que define por si só a natureza do ato e que não tem nenhuma relação com os ‘efeitos’ produzidos” (VERÓN, 1998: 174). A proposta veroniana da semiose social é completamente diferente: ele considera que, em uma análise em produção, pode-se distinguir, ao menos, um campo de efeitos de sentido. Daí que se preocupa justamente em tentar elucidar o que denominou de diversas maneiras: o desajuste, a relação, a circulação e a interface que se dá entre as condições de produção e de reconhecimento dos discursos sociais¹⁴.

O ocaso do modelo intencional acarreta o desafio de abandonar definitivamente a consciência ingênua da atividade de linguagem, reconsiderando o lugar que ocupa o investigador do discurso e as condições de sua observação. Porque, como conclui Verón, “O universo do sentido é, ainda bem, muito mais complicado; o qual faz com que nossa tarefa seja, infelizmente, muito mais difícil” (VERÓN, 1998: 207). A análise dos discursos midiáticos requer um modelo teórico-metodológico que permita explicar o processo de significação que tem lugar, não graças à atividade de um sujeito individual, mas sim, a partir de organismos coletivos muito mais complexos. Deste ponto de vista, as estratégias discursivas organizam o próprio texto além das intenções do ou dos atores que o formulam.

referências bibliográficas

APEL, Karl-Otto. **Semiótica filosófica**. Buenos Aires: Prometeo, 2008.

AUSTIN, John. **Cómo hacer cosas con palabras**. Buenos Aires: Paidós, 2008.

BOUTAUD, Jean-Jacques; VERÓN, Eliseo. Del sujeto a los actores. La semiótica abierta a las interfaces. In: **Sémiotique ouverte: Itinéraires sémiotiques en communication**. Traducción al castellano de Gastón Cingolani. Paris: Hermès Science, 2007.

ESCANDELL VIDAL, Ma. Victoria. La pragmática y Conceptos básicos de pragmática. In: ESCANDELL VIDAL, Ma. Victoria . **Introducción a la pragmática**. Barcelona: Ariel, 1996.

FAUSTO NETO, Antonio. Enunciação midiática: das gramáticas às ‘zonas de pregnâncias’. In: AAVV. **Cuaderno del Seminario “Midiatização e Processos Sociais. Aspectos Metodológicos”**. Sao Leopoldo: UNISINOS, 2008.

MARTÍNEZ GUZMÁN, Vicent. J. R. Searle: de los actos de habla a la

Intencionalidad. Una valoración fenomenologicolingüística. **Revista de filosofía**. Madrid, vol. V, nº 7. Disponível em: <<http://revistas.ucm.es/fsl/00348244/articulos/RESF9292120067A.PDF>>. Acesso em 16/06/2010.

ROMÉ, Natalia. **Semiosis y subjetividad**. Preguntas a Charles S. Peirce y Jacques Lacan desde las ciencias sociales. Buenos Aires: Prometeo, 2009.

SAL PAZ, Julio C. y MALDONADO, Silvia. Estrategias discursivas: un abordaje terminológico. **Espéculo**, Revista de Estudios Literarios, Universidad Complutense de Madrid. Disponível em: <<http://www.ucm.es/info/especulo/numero43/abotermi.html>>. Acesso em 20/07/2010.

SCOLARI, Carlos y BERTETTI, Paolo. Entrevista a Eliseo Verón: “La televisión, ese fenómeno masivo que conocimos, está condenada a desaparecer”. **Revista Alambre**. Comunicación, información, cultura. Buenos Aires, nº 1, 2008. Disponível em: <<http://www.revistaalambre.com/Articulos/ArticuloMuestra.asp?Id=13>>. Acesso em 01/07/2010.

VERÓN, Eliseo. **Conducta, estructura y comunicación**. Buenos Aires: Editorial Jorge Alvarez, 1968.

_____. **La semiosis social**. Barcelona: Gedisa, 1998.

_____. **Fragmentos de un tejido**. Buenos Aires: Gedisa, 2004.

como citar este artigo

RAIMONDO ANSELMINO, Natalia. O ocaso do modelo intencional: a noção de “estratégia discursiva” sob o olhar sócio-semiótico. **Semeiosis: semiótica e transdisciplinaridade em revista**. [suporte eletrônico] Disponível em: <<http://www.semeiosis.com.br/u/38>>. Acesso em dia/mês/ano.

